

**CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS - 2024**

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS-2024. Ao 26º (vigésimo sexto) dia do mês de setembro do ano de 2025, às 10h, reuniram-se, de forma presencial e virtual, na sala do Conselho de Cultura e Patrimônio Histórico no Centro Cultural Palácio da Justiça, cito a Av. Eduardo Ribeiro, 901 - Centro, Manaus - AM, 69400-901. Conforme mensagem de convocação encaminhada via *WhatsApp no dia 17/09*, atingindo o quórum mínimo, foi declarada aberta a 7ª Reunião da comissão de legislação e normas, sob a presidência do conselheiro titular **DUDSON CAMPOS CARVALHO**. Registraram presença os membros da comissão e conselheiros: Álvaro Serrão Monteiro – Mediador; Marcos André Durand Pereira – Mediador Suplente. Jordania Damasceno Galdino – Titular Representante da Cadeira de Teatro; Elson Silva da Rocha – Titular Representante da Cadeira de Folclore e Carnaval. **O presidente** inicia sua fala, informando: Estamos aguardando a entrada de pelo menos mais um conselheiro para darmos início aos trabalhos. Caso não haja a entrada de nenhum conselheiro, vamos começar assim mesmo. Bom dia. **Jordania Galdino:** Está bom, bom dia para todos. **Presidente:** Senhores, estamos numa discussão aqui justamente sobre um ponto sensível da situação, que é a parte financeira. Vou deixar o microfone aberto para que já possamos ir tocando nesse assunto. Doutor Sérgio está fazendo uma explicação e vamos tentar conversar um pouco sobre isso, porque depois fica bem mais fácil de encaminhar o restante, já que essa é a parte mais complicada. Bom dia a todos. Bom dia, André Álvaro. Elson e Jordania estão presentes e, neste momento, somos os 5 conselheiros em reunião. Então vamos lá, doutor Sérgio, por favor, continue o que estava falando. Deixei o microfone ligado, podem deixar ligado também para que possamos conversar. **Dr. Sérgio Cruz:** Então, o que aconteceu? Obrigado. Quando veio a PNAB com os 5%, a primeira versão não trazia essa previsão para ser executada. A nossa lei era rígida e dizia que o dinheiro do fundo não poderia ser usado para custeio. O que é custeio? É quando o conselheiro vai para o interior desenvolver alguma atividade decorrente de um projeto, seja qual for, e precisa de passagens, hospedagem, alimentação. Nada disso poderia ser pago pelo fundo. Quem tinha que arcar com essas despesas era a SEC. E como a SEC fazia? Criava-se um projeto, apresentava para a SEC, que avaliava a viabilidade e então atendia, como é feito, por exemplo, com o CONEC Itinerante. Não é utilizada verba da PNAB, é utilizada verba da SEC. Por isso é que precisamos, com três ou quatro meses de antecedência, saber para onde vamos, porque a lei diz que é a SEC que tem que arcar com esse tipo de despesa. Quando veio a nova PNAB, ela trouxe a possibilidade de usar os 5% para custeio. Mas naquele momento não poderia ser feito, porque a nossa lei vedava. O que foi feito? Um estudo. Foi mostrado para a PGE: aqui está a lei, está chegando dinheiro para o fundo e a lei nacional permite usar para custeio. Então propusemos acrescentar um parágrafo no artigo 4º da lei do fundo dizendo que, quando o dinheiro vier para o fundo e quem o envia determinar como ele deve ser aplicado, será possível executar dessa forma. Ou seja, criamos a exceção para o uso do dinheiro do fundo: quando quem envia o recurso determina que uma parte dele é para custeio. Isso criou a possibilidade de os 5% da PNAB serem utilizados para custeio de viagens, estadias, diárias de equipe etc. Quero deixar claro também que, quando vocês forem buscar emendas parlamentares, sempre

incluam essa previsão de porcentagem para execução. Se não colocarem, o que acontece é que o dinheiro da emenda chega para fazer, por exemplo, um edital de festejos, mas a execução como visitas ao interior ou envio de equipe para estruturar a apresentação fica a cargo da SEC, e isso não pode ser feito de forma imediata. Tem que ser programado, e a SEC precisa planejar para viabilizar. Quando se permite o custeio, é possível contratar uma empresa para fazer a execução, e essa empresa contrata quem achar coerente. Nessas situações, a pessoa mais técnica para falar do tema no interior é o conselheiro, e é por isso que se justifica a contratação dos conselheiros. Vou abrir aqui a lei do fundo rapidamente para comentar com vocês essa situação, em cima do que estamos conversando. **Elson Rocha:** na verdade, só fazer um registro. Quem não utilizou os 5% foi uma opção da própria Secretaria na época. Eu lembro que os conselheiros questionaram, mas foi uma decisão da própria Secretaria. Porém, isso são águas passadas, nada vai voltar atrás. Eu acho que isso é para frente. **Dr. Sérgio Cruz:** Então, conselheiro, como eu estava falando, a vedação da Secretaria não era exatamente uma opção, e sim uma limitação imposta pela lei. Por isso foi feito um ajuste na lei para que pudesse ser utilizado. Porém, como o senhor mencionou, como a verba já estava em execução naquele momento, não foi possível utilizá-la. Na segunda vez que a verba chegou, a lei já estava modificada e permitia o uso. **Presidente:** Então, a ressalva do conselheiro é no sentido de que essa situação já foi resolvida. Perfeito. André, fala aí, mano. **André Durand:** Secretário, doutor Sérgio, lembro da época e seria interessante, secretário Dudson, o senhor resgatar esse momento. Na época, até na fala do secretário e presidente do conselho Apolo, a própria Secretaria optou por não utilizar esses 5%, e se não me falha a memória, me corrijam se eu estiver errado. Os conselheiros que estavam presentes na época devem lembrar. Eu não sei se ele fez a devolução desses 5% ou se agregou esses 5% no valor global dos editais. Eu não recordo, mas foi um ponderamento de todos nós, secretário Dudson, a respeito disso. **Presidente:** Ele agregou, André. Eu lembro bem da época, eu acompanhei também. **Dr. Sérgio Cruz:** Ele agregou aos editais e, como não ia ser utilizado, reverteu tudo para os editais. Inclusive, trazendo aqui uma informação que talvez vocês não saibam, isso causou até um problema posteriormente, que foi resolvido com justificativas sobre o motivo, já que não poderia ter sido agregado exatamente dessa forma. Eu soube disso também. Jordania, desculpe. **André Durand:** E, assim, só para encerrar, a gente lembra também que, na fala da época dos advogados, havia uma preocupação muito grande com a questão da lei delegada, a respeito dessa discussão também sobre os 5%. **Dr. Sérgio Cruz:** Sim, naquele momento, conselheiro, houve um parecer da Anne Paiva, no qual eu participei. A Anne Paiva disse que não havia como executar, e realmente nos sentamos e concluímos que não era possível executar. Naquele momento, informamos que só poderia ser executado se houvesse alteração na lei. A partir daí, como conversamos com o presidente, foi feito um estudo: eu expliquei para o pessoal da PGE que a verba estava chegando carimbada com a obrigatoriedade de execução daquele formato, e que nossa lei precisava ser alterada porque havia vedação. Se não fosse feita essa alteração, a verba, já sabendo do problema dos 5%, não poderia ser agregada e seria perdida. Assim, essa despesa, que poderia ser arcada com os 5%, passaria a ser arcada pela SEC, gerando mais uma despesa para o estado. Diante dessa conversa, eu formulei a minuta para eles, que foi encaminhada pela Anne Paiva para a PGE. Ainda houve algumas discussões sobre ajustes na minuta, e depois

90 ela foi enviada ao governo do estado, que apresentou à Assembleia Legislativa, que fez
91 a alteração na lei. **Jordania Galdino:** Bom dia, conselheiros. Bom dia, presidente. Bom
92 dia, doutor Sérgio. Bom, eu queria, só como questão de encaminhamento para nós
93 conselheiros, justamente para quem participou do primeiro mandato. Aí me veio uma
94 lembrança, Doutor Sérgio, daquela reunião que provocou uma situação muito
95 constrangedora no primeiro mandato sobre essa questão de 5%, e isso que o
96 conselheiro Elcio falou, de fato, realmente isso aconteceu, e eu estou bem lembrada da
97 questão de 5%, que a doutora, nessa reunião estava a doutora Anne, o Thiago Hermido,
98 eles falaram que, se foi decidido que esses 5% fosse para operacional, a questão do, é
99 isso, operacionalização, do sistema, da questão do cadastro estadual, da questão
100 desses 5% serem para isso? Eu lembro bem que isso está em ata, e isso é bom, a gente
101 buscar isso. É uma questão de encaminhamento a gente buscar essas atas antigas, e
102 até o conselheiro Max Baraúna, que na época era o conselheiro da cadeira de Literatura,
103 ele questionou eles. Eu disse: não, mas a gente não decidiu como o conselho que esses
104 5% seriam para isso. Então isso ocasionou um constrangimento. Então o que eu vejo,
105 senhores, conselheiros, presidente Dudson, é que a gente pudesse buscar essas
106 memórias para a gente não entrar novamente numa situação que depois a gente não
107 possa rever isso aí. Entende que isso vai ter que passar para lá, para a ALEAM essa
108 situação para poderem aprovar tudo que aconteceu, porque as atas são para isso, elas
109 são para histórico. Então, tudo que aconteceu lá atrás, conselheiro Elson, isso se torna
110 uma memória. É a mesma coisa. A questão do presidente do conselho, eu gostaria que
111 o conselheiro Álvaro também colocasse a propositura dele, a ideia dele, para a gente
112 também falar sobre isso. Porque eu vejo assim: eu sei que a gente está caminhando
113 cada vez mais com as reuniões e tudo, mas tem muitos questionamentos acontecendo
114 no nosso dia a dia dentro do conselho. É, presidente, para terminar, e a gente precisa
115 realmente fazer com que esse trabalho, esse trabalho não, perdão, essa lei, realmente
116 ela favorece a sociedade civil de fato, entende, e que a gente tente que o CONEC seja
117 de uma forma independente, tanto que nós estamos lutando pela sede do CONEC, tanto
118 que estamos lutando pela sede do CONEC para ter um espaço próprio para poder os
119 trabalhos avançarem cada vez mais. Então, a lei também, ela é criada para isso, e a
120 gente precisa que tudo que aconteceu desde o primeiro mandato, seus conselheiros, a
121 gente traga essas atas, a gente possa ler, reler o que aconteceu naquela época, para
122 que não aconteça mais, porque essa questão é do presidente Dudson. É desconfortável
123 perante a questão da SEC, ter essa dependência ainda com a SEC. Isso também nos
124 torna, vamos dizer assim, ah, nós somos fiscalizadores do fundo, tá? Mas a gente não
125 tem autonomia, porque sempre a SEC que está entrando, que está determinando as
126 coisas. O presidente do conselho, também aquela situação toda, enfim. Então eu queria
127 deixar isso como uma reflexão, como encaminhamento, para que se traga essas atas
128 desde o primeiro mandato, para que os conselheiros possam também ter acesso a toda
129 essa situação também dos 5%. Obrigada. **Presidente:** A gente tem essa informação de
130 que os dados estão disponíveis, mas conselheiros, é essa conversa que nós abrimos
131 agora, no microfone, nós estamos aqui há mais de meia hora com o doutor Sérgio,
132 tentando encaminhar, no mínimo, aquilo que a gente possa resolver ainda no nosso
133 mandato. Então, tem coisas realmente que vão depender de vontade política, de luta, e
134 que realmente vão demorar para acontecer. No nosso pleno, a gente pediu para fazer
135 uma análise do que é preciso encarar, do que a gente pode fazer em caráter de

urgência, para que a assembleia possa nos responder sem depender de terceiros. Então, há dois pontos que eu gostaria de concordar com o senhor, e se vocês concordarem, lógico, com essa pegada, que são bem complicados para nós: a parte de podermos ser remunerados pelos trabalhos que estamos executando. Doutor Sérgio está explicando que já existe essa possibilidade, que foi o que fez a gente receber pelo trabalho que fizemos via CETAM, e esse outro que estamos executando agora via empresa, então isso já tem uma legalidade. O outro ponto é a questão da concorrência, dos conselheiros que não fazem parte do processo, onde estamos vetando nossos companheiros que são suplentes. Pior, eles não recebem nada e não podem participar, e isso me foi dito pelo doutor Sérgio, que é na outra lei, que é na lei do conselho. Na verdade, a lei que aplica isso é a lei do fundo. **Dr. Sergio Cruz:** Então, o que vocês precisam fazer? Vocês precisam trazer as informações dos estados onde os conselheiros podem participar. A partir disso, a gente vai fazer a consulta e entrar em contato com eles para pedir o projeto de lei deles, para que possamos saber quais foram os argumentos, porque a norma vem da federação, do governo federal. Lá no governo federal existe uma norma dizendo a situação: por que existe isso para o suplente? É porque o suplente pode participar de decisões dentro do conselho. Ele pode falar com o titular para que intervenha ali, favorecendo-o. Essa é a visão antiga que existia. Entretanto, nada impede. Eu não vejo problema em trazer as alegações que eles apresentaram e fazer os ajustes necessários, enviando para a PGE, para revisão, para o governador e, depois, para a assembleia. **Presidente:** Então, é isso. Esses dois pontos, eu penso que precisamos entrar em consenso para encaminhar ao pleno, para dar andamento nessas pautas mais sensíveis e achar uma maneira de resolver o mais rápido possível. Estamos chegando a um momento decisivo. Se não encaminharmos isso ainda este ano, dificilmente teremos resposta, lembrando que depende muito de vontade política para que a coisa ande. No ano que vem temos eleição, e esperamos estar com tudo pronto dentro do nosso mandato. Todos aqui entendemos como funciona, e é preciso preparar dentro da legalidade, para que não bata e volte, e não fiquemos novamente buscando algo que não terá solução. Então, vamos fazer a leitura do que os três pontos ficarem abertos. Estamos esperando a entrada do Ludimar, para esclarecer, e gostaria de encaminhar, no primeiro pleno possível, o tratamento desses dois textos separados: o que necessita estudo e será mais demorado. Vamos precisar lutar politicamente, como a colega citou agora pouco sobre a presidência do conselho. É algo que precisaremos negociar politicamente para que seja aceito e se tenha uma estrutura independente. Eu sou totalmente a favor. Se depender de mim, penso que o conselho tem que ter autonomia, ter seu caixa, e precisamos reformular toda essa lei. Mas garanto que, se não fizermos isso pelo viés político, dificilmente teremos o conselho que sonhamos, com um presidente independente, sem depender exclusivamente da estrutura da Secretaria de Cultura. Penso que devemos encaminhar o que está ao nosso alcance agora, dentro do nosso mandato, e o restante, se não conseguirmos, faremos um trabalho político ao longo do próximo ano para alterar. André, fale, meu irmão. **André Durand:** Presente. Deixa de perguntar, não teria como o senhor fazer uma filtragem para que a gente tenha uma equiparação com a lei do conselho municipal? Porque eu fiz os recortes, doutor Sérgio, e tem esse arquivo que foi encaminhado por e-mail. Quando eu e Everaldo ficamos a respeito de fazer a questão da lei estadual de cultura, a gente faz algumas citações, encaminha alguns anexos, onde a gente se embasou, a

exemplo da Bahia, e temos também uma normativa, presidente, sobre o que fala no Sistema Nacional de Cultura, que sugere, é uma sugestão, que a vice-presidência ou a presidência seja garantida pela sociedade civil e não pelo poder público. Mas, às vezes, o doutor Sérgio já tinha explicado que tudo está na questão da lei. Mas como a gente vê hoje, a nível Brasil e a nível desses conselhos, com a presidência da sociedade civil, a gente nota que o conselho está se aproximando para o novo governo com o Omar Aziz, que tem um outro olhar, uma outra visão holística a respeito da cultura hoje, voltada e sendo dinamizada pelo governo Lula para a sociedade civil, que eu tenho para contribuir. Acredito que, se fizermos uma equiparação, teríamos algo palpável para trazer para discussão. Obrigado. **Presidente:** Conselheiro André, eu agradeço a sua lembrança nesse sentido e é exatamente esse estudo que estamos fazendo. O que acontece é o seguinte: nós propomos várias mudanças. Algumas dessas mudanças só vão acontecer mediante a formatação de um novo conselho, de uma nova estrutura de conselho, como você está dizendo, nos moldes do municipal. Por se tratar de uma vontade política muito grande, lembrando que teremos uma eleição, pode acontecer. Basta que a vontade política aconteça agora. Por exemplo, quando você cita a vice-presidência sendo exercida pela sociedade civil, isso de pronto já podemos pedir, porque é alteração da lei. Então, é isso que estamos separando: o que de pronto podemos pedir, encaminhar para o primeiro pleno possível, evitar pedido de vista, debater e deixar o processo andar. A estrutura macro, que depende de mudança, como desagregar da SEC, ter um presidente exclusivo, eleito ou apontado, ter um vice da sociedade civil ou seja, todo o sonho de um conselho independente podemos trabalhar politicamente durante a eleição ou ao longo do caminho, apresentando esse documento aos possíveis candidatos a governador, ver qual deles se compromete com o processo, e cada um buscar os apoios necessários para que aconteça. Enfim, conselheiros, acredito que todos aqui estamos maduros para entender como funciona. Não vamos sonhar com algo que não pode ser realizado. Vamos lutar pelo que conseguimos construir juntos. O primeiro passo é melhorar o terreno que estamos pisando, preparando tudo para que, com o ano eleitoral decisivo, possamos fazer um documento unificado de entrada pelo conselho, ainda dentro do nosso mandato, e ir para as ruas, porque não sabemos quem de nós continuará. Algumas pessoas têm projetos de continuar, outras não. Então vamos trabalhar nesse sentido. Vocês aceitam que façamos dessa forma, separando esses dois textos e encaminhando conforme a proposta do André? **Jordania Galdino:** Eu, por mim, sim. **Presidente:** Elson? Álvaro? **André Durand:** Doutor Sérgio, me tira só uma dúvida, só para encaminhamento. Presente, Dudson, a gente também debruçar nessa situação a prerrogativa da lei. Conselheiro Elson, é até 2029. Nós tivemos alguns momentos em que nossa nomeação foi retardatória, assim como está sendo também a dos suplentes. E aí, presente, poderíamos também abrir uma prerrogativa, saindo do conselho. E tudo indica que, quando Vossa Senhoria estiver assumindo a presidência interinamente, a gente poderia fazer um encaminhamento para que esses pares permaneçam, como já venho solicitando a prorrogação de mandato, até 2027, quando já teríamos o novo governo e a terceira ou quarta etapa da Política Nacional de Aldir Blanc acontecendo. A gente poderia verificar de que forma estar embasado na lei, já que todos nós, como o senhor sempre exemplifica, dentro da legalidade, podemos continuar, em razão da própria PNAB, trabalhando a nível Amazonas. Poderíamos até encaminhar uma carta para o

próprio Ministério, uma sugestão para ver se conseguimos, de forma palpável, que a gente, enquanto conselheiros, permaneça trabalhando até o último ciclo da Política Nacional Aldir Blanc. É o que eu tenho a contribuir. Estou com o celular ligado, indo à SEC acompanhar o artista e cantor Mateus de Manaquiri, que solicitou pauta com o secretário, Dudson, vou acompanhá-lo lá, mas depois volto, pois estou com várias licitações. Estou aqui para contribuir. Presente, doutor Sérgio, também. Obrigado.

Presidente: Só em cima da sua fala, conselheiro, é muito importante mais uma vez, essa sua fala e, de antemão, eu já diria que o que o senhor está pedindo de encaminhamento é para essas alterações? Isso poderia ser encaminhado pela própria Assembleia. Temos aí o companheiro Elson, que tem uma força grande dentro da Assembleia Legislativa, de repente com o nosso representante cultural do Estado do Amazonas, o deputado, poder encabeçar esse processo junto ao governo. Enfim, é uma grande discussão dentro da Assembleia para que possamos mostrar à sociedade e aos políticos, aos nossos gestores, que existe a necessidade da separação, de termos um conselho forte e independente, mas isso tem que vir de várias frentes. De antemão, fico à disposição para montarmos um trabalho nesse sentido, respeitando o processo legal e as vontades políticas que não se alinham até agora, para que possamos avançar de forma mais rápida. As lutas têm sido bem difíceis e vocês sabem da nossa vontade de fazer esse conselho independente. Deixo em aberto para o conselheiro Elson, se quiser levar esse encaminhamento que o André acabou de colocar, para que possamos fazer um documento unificado, e, em um segundo momento, tratar de todas as estruturas do conselho, que só virão se houver vontade política. Fala, companheira Jordania.

Jordania Galdino: Bom, uma questão de encaminhamento é dentro da sua fala, presidente. Eu encaminho o seguinte, que a gente possa fazer uma comissão. A gente vai fazer tudo isso aí, da questão, do estudo, tudinho enviar para lá. Para não deixar na mão só de um conselheiro, por exemplo, o Elson, e tem, vamos dizer, uma bagagem lá com o presidente da comissão da cultura, que é o Abdala Fraxi, e o nosso querido conselheiro do poder público, Roberto Sá, que está aí também. Poderia propor uma comissão de conselheiros para marcar uma reunião com o presidente da comissão da cultura, o próprio Abdala, porque já era pra gente ter feito isso. Queria até colocar isso, doutor Sérgio, porque são duas situações também. O plano estadual deu uma parada na comissão. A Lucimar indagou lá, ninguém respondeu. Deixaram ela no vácuo. Acho que isso é uma falta de respeito, pelo menos para responder à conselheira. Espero que tenham respondido, pelo menos no privado dela. Se não tiver respondido, por favor, respondam às coisas que às vezes os conselheiros colocam nos grupos. Como está o andamento das comissões? Naquele dia que teve aquela provocação na reunião ordinária, falei com o doutor Sérgio: doutor Sérgio, como está a comissão legislativa, que é essa que estamos aqui nesse momento, nessa reunião? E como está o andamento do plano estadual? Porque lembro bem que começamos todo esse trabalho, presidente. Eu estava até vendo a questão dessa comissão que foi criada, a comissão legislativa, que tem a maioria dos conselhos. Hoje estamos em setembro. Doutor Sérgio, queria que a gente pudesse avançar nessas coisas. Porque é muito primordial. Já era pra gente ter feito uma comissão com o conselho, porque fui ver a agenda do próprio Abdala, da comissão da cultura. Não tem nada nesses meses. Eles estão sem demanda. Então por que não começamos a conversar desde agora? Já era pra gente ter feito isso em vez de estar com muitas demandas, às vezes sem relação com as

274 situações da sociedade, que estamos muito focados nos editais e em outras situações.
275 Mas precisamos terminar essas comissões para poder avançar. Fiquei um pouco triste,
276 doutor Sérgio, perante isso. Até o senhor falou naquele dia que era pra conversar com
277 Dudson, como presidente da comissão, para fazer esse vídeo. Ainda bem que vocês
278 começaram a agilizar as coisas, até com a comissão eleitoral, que está se
279 encaminhando. Já participei da primeira reunião, então quanto mais adiantar as coisas,
280 melhor. Mas estou bastante triste com essas duas comissões: do plano estadual e da
281 comissão legislativa, porque já estamos em setembro. Vai chegar as festas de fim de
282 ano, e vai de novo essa questão de ficar de férias. Como o presidente Dudson falou,
283 precisamos encaminhar tudo isso. Quero que agilizem cada vez mais. É por uma
284 questão de propor uma comissão e marcar uma reunião junto com o Abdala. Não deixar
285 só na mão do Elson, tá, conselheiro? Não é para deixar só na sua mão. Estou dizendo
286 que precisamos fortalecer junto com o senhor para poder encaminhar as coisas. É isso.
287 Precisamos disso. Obrigada. **Presidente:** Gente, eu vou reforçar a sua fala, Jordania,
288 no seguinte sentido: acho que cabe uma audiência com os deputados interessados em
289 nos ouvir. Penso que nós temos também a nossa força política. Todos nós juntos
290 podemos marcar essa audiência. É o Elson que pode estar conversando lá com eles,
291 com o Abdalla para marcar uma data e convidar todos, inclusive o presidente da
292 assembleia, se ele tiver tempo para ouvir o povo da cultura, para que estejamos de
293 forma unida, apresentando de forma coletiva essa necessidade. E aí levamos nossos
294 amigos da imprensa, todos juntos. Aí a gente faz uma apresentação para não parecer
295 que é uma coisa política de um lado só, porque muitas vezes prejudica. Não adianta
296 tapar o sol com a peneira, que não vai dar. Então, conselheiros, olha aí todas as ideias
297 que vieram hoje. Perfeito. Estamos trabalhando em cima de uma estrada que
298 precisamos correr, não mais caminhar e sim correr. Como disse a companheira, já
299 estamos em prazo praticamente esgotado para esse processo. Vou pedir autorização
300 para que, em caráter definitivo dentro da comissão, solicitar ao doutor Sérgio que faça
301 essa separação legal em dois textos para ser apresentado, de preferência no próximo
302 plenário. Colocamos os conselheiros, e peço a colaboração de todos para que façamos
303 a leitura disso e, se precisar, fazer alterações durante a sessão, para que não haja
304 pedido de vistas. Dessa forma, conseguimos encaminhar as coisas para conversar com
305 a assembleia. Vamos levar os dois textos: um que precisa ser aprovado em caráter
306 extraordinário e podemos ir ao governador e à Casa Civil. Vamos em bloco pedir isso,
307 assim conseguimos encaminhar dentro de um regime de urgência. Depois conversamos
308 com nossos representantes da assembleia, explicando o segundo texto, e colocamos
309 nas redes sociais o porquê de querer um conselho independente, para que possamos
310 trabalhar. Pode ser desse jeito. Fica combinado assim para podermos avançar.
311 **Jordania Galdino:** Pode ser muito bonito. **Presidente:** Nesse texto agora não adianta
312 avançar se ainda não temos essa separação dentro da legalidade. Isso decidimos no
313 pleno com os conselheiros. Feito isso, combinado, partimos para a segunda fase. Claro,
314 pedindo alteração nas leis, como o doutor Sérgio falou: lei do fundo, lei do conselho. O
315 que impede? Já levamos esse plano pronto para que seja feita a alteração que pode ser
316 feita em caráter de urgência. O que não puder, trabalharemos politicamente para entrar
317 no texto. A partir do ano que vem, trabalhamos politicamente. **Elson Rocha:** Eu acredito
318 que o pedido da assembleia deve ser institucional. Tem que ser institucional, o conselho
319 solicitando, e aí usamos da força política para tentar agilizar a marcação lá, a mesma

coisa que com certeza precisa fazer uma audiência pública. Não é só o Abdalla; o Abdalla tem o adjunto, tem o Sinésio também, que têm uma pegada cultural muito forte. Aí podemos caminhar. Mas o primeiro passo a ser dado é institucional, porque quando um conselheiro pede individualmente, passa a ter caráter político, e quando é institucional, não. Podemos ter o reforço político, mas não é uma solicitação política.

Presidente: Só para reforçar, Elson, eu penso, inclusive, que temos que fazer isso dando esse protagonismo ao nosso representante na assembleia, institucionalmente, porém conduzido pelo nosso representante da assembleia legislativa. O Elson realmente tocou em um assunto muito delicado; não tem que partir de nenhum de nós, tem que partir institucionalmente, mas tendo como fio condutor o Beto, que é o nosso representante na assembleia. Aí tiramos esse caráter político de todos e passa a ser uma coisa bem coletiva e bem aberta. Pode ser Elson, dessa maneira? **Jordania Galdino:** Tá ótimo. **André Durand:** Eu queria só sugerir que o senhor fizesse um resgate da nossa visita com o Abdalla. Só que aí não sei o que aconteceu; acho que teve um momento que atrapalhou a nossa ida. Mas foi convocado institucionalmente e convocadas as pessoas que acompanhariam essa reunião com o Abdalla. E reforçando com o deputado Sinésio, vai ter também outro upp que vai fortalecer ainda mais o que a gente precisa, até mesmo porque ele vem trabalhando a questão da CBO dentro da frente parlamentar, que é o Cadastro Brasileiro de Ocupações, que a gente também já vem contribuindo com ele, viu, doutor Sérgio, porque às vezes, para a gente tirar uma nota, por exemplo, lá não aparece ensaísta, e nós temos que reformular essas nomenclaturas, e sim a própria prefeitura também. Então, só para contribuir, acredito que se resgatar esse documento, a gente consegue, sim, como o conselho, como o Elson falou, saindo do próprio conselho, fazer a solicitação dessa reunião. Obrigado.

Presidente: Gente, tudo bem, já tivemos várias ações encaminhadas anteriormente, mas o conselheiro Elson tocou em um assunto realmente muito delicado. Vamos evitar entrar por cadeira ou por deputado exclusivo. Vamos fazer um pedido institucional e convidar todos os deputados interessados na pauta, certo? Claro que será capitaneado pelo representante cultural da assembleia legislativa, ele deve presidir essa sessão. O convite institucional será feito a todos os deputados interessados, e nesse dia levaremos nossos segmentos para assistir à reunião ou sessão, dependendo de como será tratado. Fico feliz de estarmos encaminhando dessa maneira. Não cabe mais ficarmos apenas no âmbito do conselho; é preciso ir para fora, botar a cara, pois teremos um ano político muito forte com mudança de governo. Precisamos alinhar os pensamentos da cultura com quem vai assumir o estado do Amazonas. Senhores, já que autorizam dessa forma, vamos pedir ao doutor Sérgio que faça esses textos separados de encaminhamento, com caráter de urgência, incluindo cronograma institucional, para enviar via Beto, nosso representante na assembleia, que deve conduzir o primeiro diálogo com relação a esse documento. Cada um de nós poderá fazer o lobby com deputados de sua preferência para garantir uma reunião de apresentação dos documentos de forma participativa. e aí vamos ver quem realmente se interessa pela cultura. Pode ser assim, doutor? **Dr. Sérgio Cruz:** Pode ser. Então já vou preparar para ser retirada, a alteração número 10, que é sobre o artigo 11, que foi feito pelo André Durand. Conselheiro André, na ata está informando que o senhor havia pedido vista também desse artigo 11, que foi proposto pelo senhor. **Presidente:** Eu acho que ele está em movimento, né? Então, tá, vou continuar aqui na retirada do artigo 11, do artigo 13 e do artigo 14. Esses são os três

366 artigos que continuarão em desenvolvimento interno, para um segundo pedido de
367 alteração, é na lei, todos os outros já serão formatados na minuta de alteração de lei
368 para ser encaminhado ao plenário para aprovação. E poderemos encaminhar para a
369 Secretaria de Cultura para que ela faça todo o trâmite junto à PGE e à Casa Civil, até
370 chegar à assembleia. Esse tipo de alteração normalmente não sofre muitos ajustes pela
371 assembleia. Não há adendos, porque são alterações de questões executivas. Agora,
372 aproveitando, falando sobre o que a Jordania mencionou do plano estadual de cultura:
373 Não há participação do representante legislativo de cultura. Por quê? Porque ele
374 também é executivo; ele sai da massa, vem para o projeto. Sai da massa, vem para o
375 conselho através da conferência; o conselho pega a estrutura e as ações, e as ações
376 transversais são levadas para as secretarias. Elas precisam contribuir com isso, e esse
377 é o entrave que estamos enfrentando. Já houve uma segunda prorrogação desse prazo,
378 referente a essa etapa das secretarias. E vamos retomar agora na próxima semana; já
379 foi emitido um ofício ratificando aos secretários e aos outros entes para que para que
380 eles puxem a orelha da equipe técnica que eles encaminharam porque elas não estão
381 participando, estão causando o entrave ao andamento do processo. Então já foi feito
382 essa parte aí. E, terminando essa parte das transversais, vamos formatar o modelo final
383 para aprovação do CONEC, encaminhar para a Casa Civil, que vai encaminhar a PGE
384 também a SEFAZ e depois volta lá o PEC para ser encaminhado para a assembleia.
385 Relembro a vocês que esse é um processo que é um pouco demorado, tanto que
386 nacionalmente ainda não temos o plano nacional de cultura aprovado, e com certeza
387 deve ficar para entrar na assembleia legislativa no começo do próximo ano. **Presidente:**
388 Começo do próximo ano, antes de dar a fala, eu vou encaminhar também nesse sentido.
389 Eu não estou, eu não sei se estou nessa comissão lá. **Dr. Sérgio Cruz:** A comissão lá,
390 é presidida pelo secretário-geral. Tem que fazer a alteração lá, só que nesse momento
391 vai ser o senhor. É só com essa etapa das transversais, ela não tem a sua participação,
392 porque a presidência da época me colocou como coordenador para fazer esse trabalho
393 com eles e depois trazer o resultado de volta. **Presidente:** E, assim, Jordania, nesse
394 sentido, já que eu vou passar a assumir essa função após este pleno que
395 encaminharmos, eu vou voltar a atenção justamente para essa matéria e dizer, doutor,
396 que, se for preciso, irei pessoalmente fazer uma visita aos senhores secretários que
397 ainda não tiveram esse processo e aí vou, claro, comunicar isso ao senhor presidente,
398 já que são secretarias, mas irei como sociedade civil, falar da importância do plano
399 estadual e dizer que os nossos segmentos precisam disso. Porque há duas conversas:
400 uma institucional, normal, entre as secretarias, que podem se cobrar, e a outra seria a
401 nossa, como sociedade civil, para estar cobrando. De antemão, já deixo o convite aos
402 senhores conselheiros, após o encaminhamento disso, que, se Deus quiser, vai dar tudo
403 certo na próxima fase. Só encaminharemos esse processo para a próxima fase, e se
404 não houver devolutiva das secretarias, o senhor está me dizendo que já é o segundo
405 prazo, então precisaremos que os conselheiros façam o pedido como sociedade civil, já
406 que não está funcionando o pedido via secretaria. Tá bom, já me coloco à disposição
407 para isso, já que essa função vai passar para mim. Fale, Jordania. **Jordania Galdino:**
408 Bom, eu agradeço muito ao secretário-geral Dudson e também ao presidente deste
409 conselho, e agora o senhor vai assumir, vamos dizer assim, essa comissão do plano
410 estadual, que é muito importante, porque eu estive nessa comissão, arduamente, junto
411 com o Guto do domingo. Já estava nessas reuniões, o Sérgio sabe disso e entre outros

conselheiros que puderam estar presentes nessas comissões do plano estadual. Então eu estou bastante inteirada nesse plano estadual por isso. É isso que eu estou fazendo, essa cobrança. Fico feliz pela sua fala, presidente, de que o senhor vai agora tomar a frente disso aí. Isso é muito bom, porque a gente precisa realmente agilizar. Há fazedores de cultura que foram para Brasília junto comigo. Há conselheiros também aqui deste conselho que foram para Brasília, no caso da Conferência Nacional. Então a gente precisa avançar realmente no plano estadual e eu fico muito feliz pela sua fala em relação a isso, da pessoa que está agora tomando a frente desse processo. Doutor Sérgio, em relação a essa questão que o senhor falou das secretarias, essas secretarias que estão faltando dar esse retorno têm alguma coisa a ver, são secretarias que têm assento no Conec? Pergunto isso porque o conselheiro Dudson tem bastante experiência na questão de comissões, porque ele já foi da Concultura junto com Ludimar e eles aprovaram junto lá com o Tenório Telles, que na época era presidente do conselho. Nós tínhamos também nosso representante Francinaldo, entre outras pessoas que eram daquele conselho, e eu acompanhei todo aquele processo para que saísse o plano municipal de cultura da Concultura. Aquilo foi algo histórico. Até hoje eu tenho aquela visão daquele fato histórico do conselho e do plano municipal de cultura. Tanto que, quando o France Marson, que na época era nosso representante da cadeira de teatro na Concultura, me pediu para que começássemos a fazer esse lobby, nós fizemos. Nós precisamos fazer esse lobby também no estado. Cheguei a fazer lobby dentro da Câmara Municipal, eu sou assessora de um parlamentar, os senhores sabem disso, e fui conversando também com outros vereadores em relação à ida do plano municipal para lá. O que quero dizer aos senhores conselheiros é que, nessa questão de lobby, cada conselheiro deve começar a fazer esse trabalho junto aos deputados estaduais, porque é necessário para que as coisas possam avançar. Se não fosse o trabalho dos conselheiros do município, que já tinham feito o seu trabalho, e o lobby para que houvesse aprovação imediata, não teríamos conseguido. Lembro, doutor Sérgio, que naquele dia lotamos a galeria da Câmara Municipal de Manaus. Fizemos toda a mobilização com os fazedores e os movimentos culturais e lotamos aquela galeria. Eu acertei com o France Matos na época e disse: “Não, esse tipo de mobilização a gente faz rápido para que justamente entre em pauta”. Então tinha que entrar em pauta o plano municipal, e ele foi aprovado. Teve algumas divergências, mas depois foi contornado na hora. Foi muito bonito, foi algo histórico e tenho certeza que o plano estadual aqui também será dessa mesma forma. Então, conselheiro Dudson, é isso. Essa é a questão de esclarecimento que eu queria perguntar ao senhor, doutor Sérgio, porque acho que o Dudson também pode cooperar com a minha fala. Pergunto se esses secretários ou essas secretarias que não estão dando retorno são justamente os que têm assento no conselho, porque quando se faz o plano estadual, tanto os conselheiros da sociedade civil quanto os do poder público trabalham juntos para elaborar esse plano, assim como aconteceu no município. Eu lembro bem, na minha memória histórica, doutor Sérgio, que, se eu não me engano e está em ata, havia uns dois ou três conselheiros do poder público trabalhando juntos nessa comissão do plano estadual. Eu não faltei em nenhuma reunião de comissão, estava presente em todas. Vejo que as outras secretarias e aqui não me refiro às atuais, e sim às anteriores passaram por mudanças, porque sempre havia troca de titulares dos assentos do poder público, e isso também provoca atraso em relação aos trabalhos do plano estadual. Quero reforçar,

presidente Dudson, que concluímos o plano estadual, quando o senhor for pegar esse embasamento verá que só faltou realmente isso que o doutor Sérgio mencionou: o retorno das secretarias. Se está havendo algum impasse, minha opinião é que possa ser por conta das trocas de representantes ou algo referente aos assentos desses conselhos. Se for pessoal da Sefaz, não sei o que está causando o entrave, porque é um plano que precisa de aprovação. Fiquei um pouco surpresa quando o doutor Sérgio falou isso. Pensei: “Mas o que essas secretarias têm a ver com os assentos do conselho?”, porque realmente houve mudanças. Antigamente era outro representante da SEDUC, era o Joniferson, que participou da comissão do plano estadual, lembro bem que ele participou. Então é isso. Precisamos realmente fazer o que o conselheiro Dudson falou para que possamos superar esses entraves, porque senão as coisas não vão andar. Obrigada. **Presidente:** Jordania, vou ser bem direto nesse assunto. Você lembrou de uma coisa importante. Foi muito bonita a aprovação do plano municipal de cultura e é nesse sentido que a gente precisa trabalhar. Se não houver o empenho político do nosso presidente, que é presidente do conselho e também secretário de cultura, se não houver a vontade política do governador e dos nossos deputados, dificilmente isso vai acontecer. Nós tínhamos ali um Tenório Teles muito envolvido na aprovação do plano. Nós sabíamos do trabalho que ele tinha e, antes dele, nós tínhamos o falecido ex-presidente do conselho, Márcio Souza, que também tinha um nome muito forte na cultura. Trabalhei com ele e acompanhei isso desde o começo. O trabalho que veio do Márcio Souza chegou ao Tenório Teles, que pegou com a mesma força para fazer a aprovação. Como eles tinham um nome dentro da história, era muito difícil alguém dizer não a eles. Então a gente fazia força. Além de mim, o Ludimar, todo o quadro do conselho era muito atuante naquela época: Madson, Ricardo e outros nomes muito bons. Nessa hora conseguimos fazer uma força muito grande, e é isso que a gente precisa fazer aqui. Precisamos ter o empenho do nosso presidente, o alinhamento com os senhores conselheiros e buscar a força da Assembleia Legislativa para aprovar. Eu também não consigo admitir que uma secretaria passe dois ou três meses para dar uma resposta. É preciso ter determinação dos gestores das secretarias para que isso seja encaminhado. Não cabe ao doutor Sérgio botar uma faca na caveira e exigir que mandem no prazo. Precisamos ter um trabalho político capitaneado pelo nosso presidente Caio André, junto conosco, e termos essa moral de pedir. Isso nós temos. Agora é preciso alinhar. Eu, que vou assumir essa função no lugar do companheiro Pedro, que fez um trabalho muito bonito à frente, no que depender de mim, vou fazer como fiz com o falecido Márcio Souza. Teve um momento que, para aprovar uma determinada etapa, nós ameaçamos levar as baterias de escola de samba para frente da prefeitura e sinceramente, deu certo. Então, quando for preciso fazer barulho, a gente vai fazer. Estamos numa luta aberta aqui. No que depender de mim, vocês podem ter certeza que o que eu fiz no município com o Ludimar e com os outros antes do Ludimar, eu vou fazer de novo. Parte superior do formulário Jordania Jo jo **Jordania Galdino:** Verdade. **Presidente:** A gente vai encaminhar da melhor maneira possível, tá bom. **Dr. Sérgio Cruz:** Jordania, só para esclarecer as cadeiras do Conec. Sim, a Seduc foi a primeira a entregar as propostas dela para inclusão no Plano Estadual de Cultura. Quem está pendente mais lá, que eu me lembro, é a Amazonastur, porque ela teve uma alteração de secretário, de presidente, na verdade. Tá certo. E a UEA também, mas a UEA tem outras questões aí que eles estão levantando ainda no plano plurianual deles,

504 salvo engano. Mas os outros geralmente não têm cadeira, não têm assento no conselho,
505 tá? **Presidente:** Então, gente, eu acho que a gente hoje teve uma reunião bastante
506 produtiva. Está encaminhado aqui para o Dr. Sérgio fazer as devidas alterações em dois
507 textos. Fica acertado que nós vamos encaminhar para a próxima ordinária do Dr. Sérgio
508 a leitura desse material e aprovação. Solicito aos senhores conselheiros que conversem
509 com seus pares para que não façam pedido de vista, que leiam os dois textos. Eu peço
510 que pelo menos dois dias antes do pleno já seja encaminhado para cada conselheiro,
511 para quem quiser fazer alguma alteração de forma antecipada já fazer, já encaminhar,
512 para que seja votado no pleno. No dia 8 de outubro, na plenária, nós vamos estar
513 encaminhando e peço que isso seja a primeira pauta: essa leitura e aprovação dos dois
514 textos separados. E dizer aos senhores que nós vamos sim tentar marcar primeiro com
515 a assembleia. Claro que vai se encaminhar pelo trâmite normal, mas nós precisamos
516 dizer na Assembleia Legislativa que esse texto está na Casa Civil. Foi isso que
517 aconteceu no município. O texto estava para ser assinado e encaminhado há quatro
518 meses e não saía. E aí foi que em um pleno eu disse: “Bom, se não está saindo, a gente
519 vai ter que fazer barulho.” Dois dias antes da data marcada, a bateria da escola de
520 samba foi para frente pedir isso, e a assinatura saiu. Então é assim, se a gente vai ter
521 que lutar desse jeito, que lutemos desse jeito, sabe? E aí junta todos os segmentos:
522 folclore, carnaval, tudo. Olha, a gente precisa desse plano aprovado e isso sem
523 agressão, sem movimentação política. É movimentação cultural, ideologia cultural é
524 diferente. Não é para derrubar governador, derrubar prefeito, mas sim para dar
525 celeridade a um processo que eu estou vendo que realmente está em operação
526 tartaruga, não é do interesse. E isso, para mim, já basta. Eu acho que, se a gente chega
527 a esse cargo aqui, a gente tem que no mínimo dar uma resposta, e a minha resposta é
528 que eu vou separar as coisas: política partidária de política cultural. É isso que a gente
529 vai fazer, doutor. Eu estou deixando isso gravado para que chegue ao senhor
530 presidente, que chegue aos nossos pares e que, para que em nenhum momento isso
531 seja segredo, porque se um dia me virem junto com o Elson, junto com o Ricardo Moldes
532 ou com quem quer que seja que milita na cultura, fazendo piquete lá, é porque houve a
533 necessidade. Não é política partidária. Então ficamos desse jeito. Podemos encerrar a
534 reunião. Senhores conselheiros, mais algum adendo? **Jordania Galdino:** Por mim, tudo
535 bem. **Presidente:** Penso que uma outra reunião da legislativa só se houver alguma
536 coisa para resolver. Em sendo aprovado o texto no plenário, a gente já vai encaminhar
537 os ofícios para a assembleia, para o senhor presidente, para que dê encaminhamento,
538 porque realmente esse texto já foi trabalhado pelos senhores conselheiros. Não tem
539 mais o que fazer, ver o que está dentro da legalidade, separar o que dá para correr e
540 encerrar em definitivo essas nossas reuniões aqui, que não têm mais o que fazer.
541 Agradeço a presença de todos e estamos de acordo com isso. **Jordania Galdino:** Cadê
542 o resto? **Álvaro Serrão:** Bom dia, eu estava em outra, em outra atividade, mas eu deixei
543 aqui o telefone logado para acompanhar aqui. A reunião é de fato, a gente precisa correr
544 com a com essa pauta para que possa ser encaminhado. Da aprovação, mas eu eu vou
545 ler com bastante atenção. É essa minuta para que a gente possa verificar se tem algo
546 a acrescentar. Vamos finalizar logo essa minuta. **Dr. Sergio Cruz:** Tá certo? Até a
547 próxima sexta-feira vai ser encaminhado, tá bem? **Presidente:** Eu agradeço a todos.
548 Obrigado Álvaro. Obrigado. Jordania é conselheiro André, que já saiu conselheiro Elson
549 também que já saiu. Agradeço a todos. Muito obrigado pelas contribuições e vamos

550 encerrar essa comissão e partir com toda a força para o plano estadual de cultura, tá,
551 gente? Obrigado mesmo pelo trabalho, um bom dia. Nada mais havendo a tratar, foi
552 encerrada a 7ª Reunião da Comissão, ficando determinada a elaboração da respectiva
553 ata, para registro e formalização dos assuntos discutidos e dos encaminhamentos
554 realizados.

DUDSON CAMPOS CARVALHO

Presidente da 7ª Reunião da Comissão de Legislação e
Normas do CONEC

LISTA DE PRESENÇA

MEMBROS DA COMISSÃO:

1. Álvaro Serrão Monteiro – Mediador;
2. Marcos André Durand Pereira – Mediador Suplente.

CONVIDADOS:

3. Jordania Damasceno Galdino – Titular Representante da Cadeira de Teatro;
4. Elson Silva da Rocha – Titular Representante da Cadeira de Folclore e Carnaval.

ELABORAÇÃO DA ATA:

5. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TRANSCRIÇÃO:

6. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC;
7. Gustavo Lima Ferreira – Estagiário Equipe CONEC;

EQUIPE DE APOIO JURÍDICO E ADMINISTRATIVO DO CONEC:

1. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
2. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;
3. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

4. Paulo Victor Bezerra - Estagiário Equipe CONEC.